

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	09/03/2022
Reunião:	1º Reunião do Grupo de Trabalho Mananciais de 2022
Grupo:	GT Mananciais
PARTICIPANTES	
Aline Alvarenga	AGEVAP
Daiane Santos	AGEVAP
Fabiano Haddad Collard	Sindicato Rural de Cruzeiro
Flávio Monteiro	AGEVAP
Gonzalo Álvaro Vázquez Fernandez	ANA
Hendrik Mansur	The Nature Conservancy Brasil
João Gomes Siqueira	CBH BPSI
Larissa Soares	Água e Solo
Lauro Bassi	Água e Solo
Marcelo Massaharu Araki	IEF-MG
Marina Assis	AGEVAP
Mayna Coutinho Moraes	CEDAE
Marie Ikemoto	INEA
Tipo:	Videochamada
Local:	Google Meet
RELATO DA REUNIÃO	
A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) iniciou a reunião, apresentou a ordem do dia e, depois, a composição dos membros do GT Mananciais. Ela destacou que o IEF-MG, assim como a SIMA/SP, estão para finalizar a documentação e enviá-la. Em seguida, a Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) explicou a vaga em aberto no GT. Disse que ao longo do processo, duas instituições manifestaram interesse, porém ainda não apresentaram a documentação de comprovação de experiência. Por isso, perguntou ao Sr. João Gomes (CEIVAP) se o prazo poderia ser estendido e o GT decidir qual organização seria mais interessante de participar da composição do grupo e qual ficaria como convidada. O Sr. João Gomes (CEIVAP) destacou que o interesse dos comitês é ampliar e ocupar todas as vagas dos GTs e manter a paridade e a diversidade dos participantes. Por isso, se o grupo apoiar, concordou com a ampliação do prazo e com a definição do grupo escolher a instituição. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) sugeriu estender o prazo para o envio da documentação e, após o recebimento, informar os membros do GT por e-mail e estabelecer um período para cada um manifestar a instituição que apoia. Na próxima reunião, somente a posse já seria concedida. Sem posicionamentos contra a escolha ficou estabelecida dessa forma. 1. Posse dos novos membros Sem opiniões contrárias, o Sr. João Gomes (CBH BPSI) deu posse a todos os novos membros do GT. 2. Posse do coordenador e do coordenador substituto O Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) pediu aos membros interessados em se candidatar ao cargo de coordenação do GT que se manifestassem. A Sra. Marie Ikemoto (INEA) colocou-se a disposição. Para a coordenação substituta, o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) manifestou interesse. Sem opiniões contrárias, o Sr. João Gomes (CBH BPSI) deu posse aos coordenadores.	

3. Aprovação do registro da reunião anterior

Sem colocações dos membros, a Sra. Marie Ikemoto (INEA) aprovou o registro da última reunião.

4. Definição sobre projeto de apoio à criação da RPPN Nascente do Paraitinga

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) comentou que o projeto visa apoiar a criação de uma unidade de conservação para a nascente do rio Paraitinga. Em 2018, o grupo encaminhou uma minuta para o plenário do CEIVAP de uma deliberação aprovada no mesmo ano, que dispõe sobre o apoio do comitê no estabelecimento de uma reserva particular do patrimônio natural da nascente do rio. Há um certo litígio em relação a propriedade por existir uma família que detém o registro das terras onde está localizada a principal nascente do curso inicial do afluente, localizado no alto da serra da Bocaina. Por isso, foi pensado em estabelecer uma RPPN, na qual englobe as nascentes. Ao todo, somam cerca de 1.100 ha, uma área significativa na qual poderia ser voltada para a conservação da natureza. A escola de projetos do CEIVAP elaborou um anteprojeto para a conservação das terras, na qual prevê duas fases, uma para o registro da RPPN e a outra para a estruturação da RPPN que visa criar um modelo autossustentável para a geração de recursos para que a família consiga manter a UC funcional. Após uma breve contextualização, explicou os artigos existentes na deliberação nº 268/2018 que condicionavam a aplicação dos investimentos do CEIVAP no registro da RPPN à apresentação da documentação de propriedade das terras pelos interessados.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) explicou que esta documentação demorou a ser entregue e que a análise superficial realizada pela AGEVAP apoiada pela sua Assessoria Jurídica indicou que haveria necessidade de uma análise mais completa. Sendo assim, a AGEVAP elaborou um Termo de Referência para a contratação de uma empresa especializada para diagnóstico não só a respeito da documentação das terras, mas também uma análise física da área e de um plano de ação para a conservação destas terras. Após aprovação pelo GT-Mananciais à época, foi realizado o processo licitatório que culminou com a celebração do contrato nº 052/2020. Os produtos deste contrato possibilitaram apontar um planejamento para a conservação efetiva dessas terras. A partir disso, foi possível notar que algumas ações estavam se sobrepondo e, muitas vezes, gerava indisposição das partes. Após o diagnóstico documental, por exemplo, foi constatado que os documentos em posse da família são suficientes para fundamentar a elaboração de uma RPPN, porém, é necessário desembaraça-los a fim de que fiquem aptos para dar entrada no processo de criação da RPPN.. Também, foi constatado que o município de Areias/SP emitiu neste entretempo um decreto para declarar de interesse público as terras que englobam a nascente. A intenção do município é criar um parque natural municipal.

Dessa maneira, notou-se que há um impasse de ações entre o CEIVAP e o governo do município. Por isso, o planejamento elaborado no âmbito do contrato nº 052/2020 previu diferentes estratégias de conservação ambiental para a área, como por exemplo a criação de um mosaico de RPPN ao redor junto ao PNM próximo a nascente, uma ARIE municipal entre outros. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) ressaltou que embora haja um decreto municipal a conservação da área, através deste instrumento não é garantida. Há ainda há a possibilidade de criar uma área de relevante interesse ecológico (ARIE) na qual torna-se possível separar a propriedade privada da propriedade pública e conciliar os esforços de conservação.

Independente do cenário a ser apoiado, há a necessidade de revisão da deliberação de 2018, dada a atual conjectura dos atores. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) comentou que os estudos diagnósticos e o plano de ação elaborado já atendem integralmente a meta de desenvolver estudos e elaborar propostas para criação de áreas sujeitas a restrição de uso ou UC's estabelecida para a agenda 4 do PIRH. Ainda que a meta já tenha sido atingida utilizando um recurso menor do que previsto, não há

nenhuma unidade de conservação instituída para as terras. Por isso, o GT precisa refletir qual é o apoio que se pretende dar ao projeto, a forma de fazê-lo e definir uma estratégia para encaminhar uma revogação da deliberação nº 268/2018 pela conjectura ter mudado. Devido ao decreto municipal, a área de nascente poderá desapropriada e a Deliberação de 2018 fala expressamente sobre a nascente. É preciso pensar em um novo método para trabalhar esse tema. A partir disso, a AGEVAP dará o apoio para definir as responsabilidades mútuas e contrapartidas para os investimentos do CEIVAP.

A Sra. Marina Assis (AGEVAP) destacou que é importante ter clareza dos próximos passos. Embora tenha cumprido o que estava previsto no PIRH, não foi possível criar a RPPN devido a necessidade de ajuste da documentação. É importante que o GT entenda que, se continuar com a mesma estratégia de estabelecer a RPPN,, é fundamental iniciaria uma conversa com a família para entender o que ela conseguiria executar em contrapartida a fim de regularizar e, em seguida, formalizar o compromisso por meio de um documento. Caso o GT concorde, o apoio continuará dessa forma.

O Sr. Hendrik Mansur (The Nature Conservancy Brasil) fez um questionamento. Há um decreto para o parque, mas o local não foi desapropriado. Pode ser que a determinação dure dez anos e nada ter acontecido ainda. Por isso, perguntou o porquê de não fazer a RPPN na área toda e, quando houver a desapropriação, executá-la. Se a área da nascente é excluída do restante das terras, o proprietário poderá fazer intervenções. Também, questionou qual seria a contrapartida dos proprietários e disse que a análise deve considerar o que vêm de custo depois de implantada a RPPN, ou seja, o plano de manejo, na qual o comitê deve auxiliar de acordo com as condições da família.

O Sr. Gonzalo Fernandez (ANA) pediu para que fosse explicada a RPPN no contexto do programa Mananciais, que engloba seis bacias e, também, no todo distribuído em vários afluentes da bacia. Ainda, perguntou se o valor inicial estabelecido estaria destinado ao programa ou só para o rio Paraitinga. Por último, solicitou um documento que justifique a motivação inicial da seleção da área.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) respondeu ao questionamento do Sr. Gonzalo Fernandez (ANA). Ele destacou que o projeto não está inserido no Programa Mananciais, a criação da RPPN é anterior a ele. O recurso, que já havia sido reservado antes para esta ação de apoiar a criação da RPPN, foi investido uma parte somente para a etapa de diagnóstico e plano de ação, na qual foi concluída. Agora, é preciso definir os próximos passos. Em relação às colocações do Sr. Hendrik Mansur (The Nature Conservancy Brasil), respondeu que projeto inicialmente visava trabalhar a área como um todo, mas o decreto na prefeitura conflita com isso. Apesar de saberem do projeto da RPPN, a prefeitura de Areias se antecipou e fizeram o decreto e estão se mobilizando para a desapropriação.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) comentou que não possui informações atualizadas sobre o andamento da desapropriação, mas a última informação dada pelo secretário municipal de meio ambiente era que o governo iria contratar um serviço de georreferenciamento para delimitar as áreas e que já tinha recurso para depositar em juízo o valor venal do imóvel. Há uma preocupação de fazer uma RPPN da nascente com recursos do CEIVAP e a RPPN não contar mais com a nascente. Porém, a área mais importante a ser conservada é o entorno da nascente, que permanecerá com os proprietários. Por isso, não gostaria de deixar passar a oportunidade de conservação destas terras de entorno. Mas, é preciso fazer uma ressalva em relação aos proprietários. Após a reunião de apresentação do diagnóstico das terras e da necessidade de desembaraçar a documentação, não foram apresentados nenhum avanço efetivo em relação a isto. Portanto, é preciso formalizar as responsabilidades e o apoio à família.

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) concordou com as falas do Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) e da Sra. Marina Assis (AGEVAP). Ela destacou que não seria interessante parar o projeto devido ao trabalho e o recurso aplicado até o momento. É importante ter um compromisso com proprietário, pois respalda a

responsabilidade do terceiro sobre o investimento. Por isso, o documento é fundamental para os próximos passos. Caso não consiga, é necessário rever a estratégia.

O Sr. Hendrik Mansur (The Nature Conservancy Brasil) entendeu que a motivação partiu de um recurso que o CEIVAP possuía e investido numa RPPN da nascente do Rio Paraíba do Sul, no qual trata-se de uma garantia de manutenção da área ambiental no local. Após colocar-se a favor da proposta da AGEVAP, destacou que o plano de manejo pode ser feito com parcerias que sairiam a custo zero para o CEIVAP. Mas, sugeriu inserir no planejamento atual.

A Sra. Marina Assis (AGEVAP) respondeu ao Sr. Gonzalo Fernandez (ANA), que toda a documentação do diagnóstico já contratado está disponível no SIGA. Ela lembrou também que o plano de ação da contratação foi feito pensando nessa questão para ser sinérgico e ter mais efetividade no investimento do recurso. A demanda surgiu a partir de uma expedição realizada na bacia do Paraíba do Sul. Por fim, lembrou que o GT tem o objetivo de discutir tudo relacionado a infraestrutura verde, ou seja, vai além do programa Mananciais.

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) reforçou que os investimentos estão relacionados ao próprio planejamento do CEIVAP. Há uma linha pré-definida para essa ação e também foi aprovada em deliberação. O projeto tanto está previsto no plano quanto na resolução. Depois, sem mais colocações, o encaminhamento ficou previsto para a AGEVAP retornar ao GT sobre o termo de compromisso ou ajuste para definir o que será feito.

5. Acompanhamento das metas do Programa Mananciais:

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) iniciou a apresentação do item. Ele mostrou que para 2021, havia um planejamento de metas para o Programa Mananciais ao longo do ano, no qual envolvia a definição das sete microbacias alvo; a elaboração de três PRISMAs; uma contratação de uma gerenciadora de obra e uma licitação de obra. No primeiro semestre, foi possível concluir um trabalho árduo que envolveu todos os comitês afluentes para participar da seleção das microbacias alvo na região hidrográfica. Além disso, houve o amparo técnico da empresa Água e Solo para definir uma metodologia para estabelecer critérios específicos de seleção. Assim, foi possível definir sete microbacias alvo para serem trabalhadas no primeiro ciclo no programa.

Em 2021, também houve a conclusão de três PRISMAs. O projeto é responsável por realizar todo o diagnóstico na microbacia, o plano de ação de melhoria e o planejamento da sustentabilidade ao longo prazo para continuidade das ações. Foram elaborados os seguintes PRISMAs: Barracão dos Mendes, para a região hidrográfica do comitê rio Dois Rios; Alto curso do Rio Vermelho para a região hidrográfica do CBH PS no município de Areias; E, por fim, Alto curso do Rio das Flores no CBH MPS, na cidade de Barra do Piraí. Todos os documentos estão publicados no site do CEIVAP em uma página específica do Programa Mananciais.

No mesmo ano, foi iniciado o trabalho de uma estratégia de contratação da Gerenciadora de Obras na qual visaria fazer a fiscalização do acompanhamento in loco das intervenções financiadas pelo comitê em cada uma das microbacias. Para isso, o grupo decidiu separar o contrato em dois lotes. No primeiro, seria trabalhado Barracão dos Mendes, Alto curso do Rio Vermelho e o Alto curso do Rio das Flores, justamente, aquelas que estão com PRISMA pronto. A licitação foi conduzida pela AGEVAP e encerrada no ato convocatório nº 027/2021. A empresa DHF foi selecionada para ser a gerenciadora do Lote 1.

Ainda, foi conduzido o processo de licitação do primeiro PRISMA, concluído em setembro de 2021. A intervenção prioritária foi o tratamento de afluentes domésticos que, mais tarde, virou um Termo de

Referência apresentado e publicado no formato de um ato convocatório. Até o momento, o credenciamento já foi realizado, mas apenas uma empresa participou. Por isso, foi necessário reeditar o ato e remarcar-lo para o dia 29/03/2022. Dessa maneira, todas as metas do ano passado foram concluídas.

Em relação ao acompanhamento do 1º ciclo do programa, foi mostrado que o GT está na fase de “PROJETO”. Nessa etapa, há três PRISMAs concluídos, 22 Projetos Tipo (TdR) prontos e 3 ARTs assinadas. O próximo passo será iniciado quando a empresa concluir a atividade em Barracão dos Mendes.

Para 2022, as metas definidas foram casadas com o PIHR e do Contrato de Gestão do CEIVAP e da empresa Água e Solo. São elas: Elaboração de um Termo de Referência da plataforma do Programa Mananciais; Elaboração de quatro PRISMAs; Contratação de uma nova gerenciadora de obra para lote 2; E, por fim, licitar seis intervenções, uma para cada microbacia. Em seguida, foi compartilhada uma tabela na qual mostrava o acompanhamento dos status de cada uma das intervenções definidas para cada um dos três PRISMAs. Vale destacar que o processo de licitação já foi iniciado em todos eles. Em seguida, foram mostradas as previsões de conclusão dos PRISMAs e de início das intervenções para cada CBH. De acordo com as datas estabelecidas no planejamento, foi necessário a correção do contrato nº 035/2020 com a empresa Água e Solo. A reprogramação engloba a prorrogação da vigência do contrato até outubro de 2023, a revisão e atualização dos PRISMAs e o fornecimento e a instalação de placas de identificação do investimento das propriedades e microbacias contempladas.

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) fez um questionamento em relação a estrutura da equipe da AGEVAP. Tendo em vista que há o apoio da empresa gerenciadora e a contratação de profissionais temporários, ela perguntou se a equipe pensada originalmente está suportando todo o trabalho dimensionado.

A Sra. Marina Assis (AGEVAP) informou que as intervenções estão sendo hierarquizadas conforme a prioridade. Em relação aos funcionários temporários, destacou que o edital está previsto para ser publicado em março/2022 e prevê a contratação de duas novas pessoas para trabalhar com o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) no programa. Devido ao volume de trabalho, foi pensado para ser dessa maneira. Além disso, lembrou a limitação da AGEVAP como área meio devido a questões de licitações. Por isso, um planejamento está em andamento para analisar que é viável licitar.

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) também perguntou sobre os comitês de bacia. Na última reunião foi passado o status das situações e como anda a contratação dos PRISMAs. Por isso, indagou se os comitês que foram representados já apresentaram sua contrapartida até o momento. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que a tabela apresentada anteriormente mostra qual é a fonte de recurso para a execução da intervenção. A operação ocorre dessa forma: o PRISMA foi elaborado, concluído, apresentado para o comitê afluentes – esse, por sua vez, elege qual intervenção quer apoiar e fica responsável por executá-la, e, por fim, entregue a nível de um Termo de Referência para o comitê trabalhar a licitação da ação selecionada. Dos três PRISMAs concluídos, foi definido que: o Rio Dois Rios fará a intervenção de capacitação na bacia de Barracão dos Mendes; o CBH PS, devido a diferença na dinâmica, busca estabelecer uma parceria com a prefeitura para ela seja a tomadora do recurso para a execução da intervenção de saneamento, o tratamento de afluentes domésticos e da produção agropecuária e, por último, para o CBH MPS, a apresentação formal ainda não foi realizada ao comitê para que ele possa definir e deliberar qual será a forma de apoio. As etapas estabelecidas serão repetidas nos demais afluentes.

6. Apresentação do andamento da elaboração dos PRISMAs

O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) iniciou a apresentação do item. Ele reforçou que, além de ajustar o PRISMA futuramente, cada projeto-tipo está sendo atualizado junto a sua planilha orçamentária à medida que novas versões são criadas ou se a cotação estiver antiga. Essa atividade é realizada paralelamente a elaboração dos PRISMAs, antes da publicação do edital para garantir a atualização dos documentos.

Em relação ao alto curso do Rio Vermelho, há animais com acesso aos recursos hídricos, incluindo a nascente. Os pontos de monitoramento serão distribuídos dentro da microbacia e em vários locais a jusante das intervenções que abrange a área montante para analisar o que ocorre com a qualidade da água e adquirir resultados em curto prazo. Pelo grau de intervenções, se fosse estudado apenas o exultório, talvez pelo grau de intervenção no todo, o resultado não chegaria no tempo necessário para motivar a companhia de abastecimento público e outros parceiros. Além disso, há também degradação no local. As áreas do local são declivosas, embora haja vegetação remanescente que projete as partes mais altas. Para esse problema, foi pensado em trabalhar com a recuperação e manejo de pastagem para conter o processo erosivo com obras físicas. Ainda, as áreas com intervenções em pastagem, exceto as que isolam os recursos hídricos, serão cercadas e, se silvipastoril, será estabelecido o período de um ano para o projeto financiar a manutenção. Outro problema listado os dejetos de animais em corpos d'água. Os agricultores não possuem equipamentos de distribuição desses resíduos. Por isso, foi traçada uma estratégia, logo abaixo do estábulo, como inserir uma capineira e construir algumas valas e, assim, não chegar à água.

Em seguida, foi apresentado um mapa no qual mostra a localização das intervenções em uma propriedade, o DRP/PIP do local. Já a respeito do alto curso do Rio das Flores, o Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) disse que os problemas são semelhantes ao primeiro PRISMA. Os animais do local ocupam a faixa do rio, a pastagem está degradada, há uma nascente a ser preservada e APPs de topos de morro protegidas. Também, foi mostrado o mapa com as intervenções no local e, em seguida, o valor investido em cada uma elencados em uma tabela.

Por último, no rio Vieira, foi realizada uma visita inicial no período chuvoso. Foi identificado que existem fortes processos erosivos relacionados à construção de estradas na microbacia. A estratégia técnica de manutenção e a proteção ambiental é fraca. Há problemas de várias grandezas. Em síntese, os impasses estão relacionados a estrada e a lavoura. Também foi realizada uma reunião com a liderança principal da microbacia para apoiar o processo de divulgação. Os detalhes do projeto foram explicados nesse encontro. Em outra ocasião, houve uma conversa com a prefeitura de Emater a fim de explicar a estratégia operacional e iniciar o processo de DRP no local. O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) disse que, para provocar mudanças na visão dos agricultores, pretende-se trabalhar com projetos de capacitação.

O Sr. Hendrik Mansur (The Nature Conservancy Brasil) perguntou ao Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) se no monitoramento a ser realizado terá uma linha de base. Além disso, após ter visto que as intervenções estão sendo realizadas somente em propriedades que possuem CAR, questionou se, caso tiver alguma propriedade estratégica para o resultado do projeto, a equipe se colocaria a disposição para ajudar o proprietário emití-lo ou, nesse caso, ele ficaria de fora da seleção. Ainda, destacou que há uma ação em contrapartida do produtor, talvez financeira. Por isso, indagou se existe alguma revisão ou correção do valor. Por último, sugeriu incluir a capacitação pensada dentro de uma política pública.

O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) disse que o agricultor não possui uma contrapartida específica na propriedade. A empresa vai até o local, instala toda a estrutura e ele se compromete com a AGEVAP, por meio de um termo, de zelar e realizar toda a manutenção. Em relação ao CAR, ele destacou que a Água e Solo não possui esse compromisso, nem escopo para a atividade. Mas, solicitaram todo o apoio do município para promover ações a fim de emitir esse documento. No PRISMA, para aqueles que não

entraram agora, se tiver o CAR na próxima etapa, ele entrará. Nenhuma das microbacias que participaram na primeira fase está esgotaram o recurso. Já sobre a linha de base, destacou que essa referência leva um tempo para estabelecer e, além disso, é utilizado como o problema atual dos recursos hídricos nas microbacias que o plano da bacia possui. A estratégia traçada junto ao Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP), foi de realizar um monitoramento de três anos, sendo o primeiro de periodicidade mensal e, o segundo e o terceiro, bimestral para as áreas menores e trimestral para o exultório, pois será menor. A ideia é a primeira campanha mostrar que, a partir desse momento até o terceiro ano, para situações semelhantes, é possível traçar tendências.

O Sr. Gonzalo Fernandez (ANA) disse ter preocupação em relação a intervenção nas propriedades. O produtor parece entende-la como um investimento na recuperação de sua área e na melhoria do campo produtivo. Além disso, Termo de Compromisso parece frágil por parte do produtor, se não houver um aporte de recurso depois, como o PSA. Mas, parece que o plano não cobre essa questão. Por isso, ponderou qual seria a perspectiva de continuidade, em termos de sustentabilidade, das intervenções em andamento.

O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) também pontuou uma preocupação em relação a garantia de que o agricultor tenha assistência técnica ao longo do tempo. Por isso, é fundamental fortalecer a terra, seja por meio da Emater ou por outras modalidades de assistência técnica. Além disso, ressaltou que o público é de extensão rural, exceto nas microbacias de grandes pecuaristas, pois a lógica é diferente. O interesse do agricultor, por sua vez, está relacionado para que a médio ou a longo prazo, ele ganhe com isso.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) fez uma colocação sobre a fala do Sr. Gonzalo Fernandez (ANA). Ele pontuou que a questão da sustentabilidade foi debatida no início do Programa Mananciais. No momento, o grupo está em busca de caminhos. Uma das alternativas foi consultar os proprietários e ouvir deles a demanda genuína existente na propriedade. Se ele, ao receber um benefício que atenda a expectativa, o zelo é garantido. O PSA é utilizado quando é preciso intervir nas áreas e o proprietário não possui interesse em ceder o espaço. No caso em discussão, não é preciso. As possibilidades são apresentadas ao agricultor, e ele, em contrapartida, apresenta suas demandas. O trabalho com a Emater é interessante, pois, além de conhecer as necessidades da microbacia, os proprietários levam suas demandas para a empresa. Ainda, consta no PRISMA um planejamento de estratégias para conseguir promover novos investimentos que não sejam do recurso CEIVAP. O entendimento do Programa Mananciais é tirar a microbacia da inércia. A ideia é que um coletivo organizado busque novas formas de investimento para maximizar a cobertura e a abrangência na microbacia.

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) comentou que os conjuntos de estratégia de atuação associada a um instrumento jurídico busca dar mais continuidade àquilo que é possível. O termo de compromisso, durante a vigência, é uma garantia de preparo, acompanhamento e manutenção. Quanto a se perder ao longo do tempo, é necessário o amparo da assistência técnica, sensibilização e capacitação. Esses pontos estão dentro do escopo das ações planejadas no PRISMA. O conjunto busca fortalecer, perpetuar e multiplica-las.

O Sr. Marcelo Araki (IEF-MG) colocou uma dúvida a respeito da dificuldade de adesão dos proprietários rurais. Ele perguntou se existe uma porcentagem de demandas conseguidas e de pessoas da microbacia que não tiveram interesse. Além disso, destacou uma dificuldade em relação ao CAR. Estão fazendo uma recuperação ambiental dentro da propriedade e, muitas vezes, o proprietário tem dificuldade de ceder toda área na qual, segundo a legislação deve ser feita a recomposição. Porém, nesses casos, ele não está adequado ambientalmente. Há uma dificuldade de informar ao produtor essa questão, pois mesmo com as intervenções realizadas, ele não está regularizado perante a legislação. Por isso, perguntou se o GT possui essa preocupação.

O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) destacou que, no rio Vermelho, 50% em média das propriedades que possuíam CAR tiveram adesão a primeira fase do projeto. Já em Barracão dos Mendes, possui cerca de 70% a 80% de aceitação dos proprietários, pois no local já havia uma demanda reprimida dentro da microbacia, relacionada ao saneamento básico, que não foi cumprida. Não foi possível avançar como desejado porque a propriedade é pequena e poucos agricultores se interessaram em proteger as margens dos rios. Em relação a legislação, ele pontuou que se o proprietário não tiver o CAR, ele não participa. Ainda, comentou que estão trabalhando com a área consolidada para isolamento conforme o Código Florestal. Até o momento, a proposta foi aceita por boa parte pelos agricultores.

O Sr. Marcelo Araki (IEF-MG) comentou que ao considerar uma possível fiscalização, o proprietário, por desconhecimento, pode achar que está com a propriedade totalmente regularizada pelo projeto estar em andamento no espaço. O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) informou que esse ponto está descrito no DRP. Apesar de solucionar uma parte, é preciso que o agricultor resolva os outros.

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) colocou um ponto de atenção em relação ao sistema silvipastoril e florestal. Nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, se o sistema for montado por uma empresa contratada, a implantação de requerem um tipo de comunicado ou autorização ambiental de acordo com o enquadramento. Por isso, é importante que empresa observe esse ponto e, também, o GT observar nos contratos. A legislação do RJ está em processo de revisão, mas no momento, a premissa é essa.

7. Planejamento para implantação da Plataforma do Programa Mananciais

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) comentou que, junto a convocatória dessa reunião, foi compartilhada uma proposta de escopo da plataforma do Programa Mananciais depois de coletar as ideias levantadas no workshop realizado anteriormente. Após o encontro, um primeiro rascunho foi elaborado. O modelo consiste em uma divisão em dois módulos, um dedicado a gestão do programa em termos de apoio logístico e tecnológico e, o outro, para monitorar o território da microbacia e possibilitar um acompanhamento preciso. Além disso, destacou que uma conversa antecipada foi realizada com a empresa responsável pelo SIGA, para entender, se possível, como poderia ser incluso dentro do contrato existente.

A Sra. Marina Assis (AGEVAP) destacou que, na conversa com a empresa, foi entendido que o escopo é muito maior daquele o SIGA possui. Até mesmo o pacote disponível hoje, é mais restrito e, por isso, é preciso ampliá-lo. Além disso, as funções também seriam diferentes. Além disso, já existe um aditivo colocado pela AGEVAP para outras atividades, por isso, há uma margem muito pequena de aditivo. Por isso, entende-se que seria uma nova e maior plataforma. Por fim, destacou que, devido à complexidade analisada, seria necessária uma contratação dentro do fluxo interno. Também lembrou a todos que a meta, ao longo do ano, é construir o termo conforme o PIRH –PS. A ideia, no momento, é estruturar o documento e pedir o apoio de pessoas que possam ajudar nesse trabalho. Ela pediu aos membros do GT que enviassem sugestões.

O Sr. Hendrik Mansur (The Nature Conservancy Brasil) destacou que a TNC possui uma plataforma como essa, mas não igual. Entretanto, coloca o especialista a disposição da AGEVAP para possíveis dúvidas. Ainda, comentou que, tendo em vista que a demanda pode seguir em vários contratos de gestão, esse portal pode não ser um produto exclusivo do CEIVAP, mas sim, da agência. Por último, perguntou haverá um controle financeiro das intervenções a serem feitas e, também, se haverá possibilidade de interação com outras plataformas.

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) sugeriu um prazo para o envio de contribuições. Além disso, perguntou como a AGEVAP pensa em modelar a contratação e estabelecer as etapas para, depois, elaborar o Termo de Referência.

A Sra. Marina Assis (AGEVAP) informou que a AGEVAP está se organizando internamente para conduzir a elaboração do termo pois uma contratação externa levaria mais tempo. Hoje há uma empresa específica de TI que dá suporte ao CEIVAP e as demais necessidades serão construídas com aquilo que já possui de contribuição. A ideia é a AGEVAP construir o documento e colocar para licitação para atender aos prazos.

8. Assuntos Gerais

A Sra. Marie Ikemoto (INEA) resgatou uma colocação feita pelo do Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) e pelo Sr. Lauro Bassi (Água e Solo), no qual disseram que um dos produtos principais do programa seria criar projetos-tipo. Por isso, pediu para compartilhá-los com os membros do GT, pois pode contribuir com ações de outros comitês.

O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) informou que no site compartilhado por ele anteriormente, é possível acessar o PRISMA integralmente. No item 3, é possível acessar todos os projetos-tipo elencados. Todo o material já está disponível no link.

Por fim, a Sra. Marie Ikemoto (INEA) solicitou o envio por e-mail de todo o material apresentado e o link de acesso aos PRISMAS para os novos membros do grupo.

Sem mais comentários, a reunião foi encerrada.

Início	9h53	Encerramento	12h52
Registro da reunião elaborado por:		AGEVAP	